

01.09.2016

FUP inicia negociação, reafirmando que a Petrobrás não será ganha pelos golpistas

Nesta quinta-feira, 01 de setembro, dia em que o povo brasileiro acordou com o país refém de um golpe de Estado, a FUP e seus sindicatos deram início às negociações com a Petrobrás do Termo Aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho 2015-2017, que foi renovado no ano passado em sua íntegra, após a vitoriosa greve de novembro. Os petroleiros abriram a reunião, reafirmando que a empresa foi um instrumento para consolidação do golpe ao ter tido a sua imagem duramente atacada. O objetivo era induzir a sociedade a acreditar que a empresa era um antro de corruptos e, assim, enfraquecê-la para que outras operadoras se apropriem do Pré-Sal.

A FUP declarou que os golpistas não alcançarão o seu objetivo e que os petroleiros continuarão resistindo ao desmonte da Petrobrás e à entrega do Pré-Sal. Os sindicalistas aproveitaram a presença na reunião de Pedro Roberto Oliveira Almeida, assessor da Presidência da empresa, para tornarem a deixar claro que a solução dos problemas financeiros da companhia não é a atual receita que vem sendo aplicada: vender ativos, abrir mão de aportes do governo e flexibilizar a legislação do Pré-Sal. “Pedro Parente é único presidente de uma petrolífera que não gosta de reservas de petróleo”, criticou o coordenador da FUP, ressaltando o caráter social da Petrobrás. “Esta não é uma empresa qualquer e por isso vamos sempre disputar os rumos dela com vocês”, afirmou.

Pendências do ACT

A FUP cobrou respostas da Petrobrás para as pendências do Acordo Coletivo que foram apresentadas à empresa na reunião do dia 26 de julho.

Benefício Farmácia – o RH informou que a partir da próxima segunda-feira, dia 05, os trabalhadores da ativa poderão solicitar pelo portal da AMS o reembolso dos valores gastos com medicamentos, através de um botão de acesso ao Compartilhado. A empresa esclareceu que a ferramenta estará disponível para os aposentados a partir do dia 15 de setembro. A FUP tornou a cobrar o restabelecimento do modelo do Benefício Farmácia, conforme previsto no Acordo Coletivo.

ATS da Fafen-PR – apesar de ter sido acordado com a direção da Petrobrás, até o hoje o ATS não foi implementado para os trabalhadores da Fafen-PR. A FUP ressaltou que o atendimento dessa reivindicação foi crucial para o fechamento da greve de novembro e que é inadmissível o diretor da empresa que assinou esse compromisso agora alegar que não tem como cumprir o que foi acordado.

Efetivos – os petroleiros tornaram a ressaltar a importância da recomposição dos efetivos, destacando os riscos do PIDV, que, segundo números iniciais da Petrobrás, teve pelo menos 7.700 inscritos. Os sindicalistas criticaram os impactos da saída destes trabalhadores, sem qualquer critério para reposição das vagas, aumentando os riscos de acidentes. A FUP condenou a empresa por usar o PIDV para cortar custos e aumentar a rentabilidade dos acionistas, como afirmaram os gestores durante o Fórum de Efetivo, em maio deste ano.

Foi também cobrado o recálculo do BPO, o convênio com o INSS, além de questões relacionadas ao avanço de nível e promoção, benefícios educacionais e cálculo dos feriados do turno, que a empresa ficou de responder na próxima reunião.

Termo Aditivo

A FUP apresentou a proposta de Termo Aditivo que os trabalhadores aprovaram na 6ª Plenafup, em que reivindicam 5% de ganho real e a reposição pelo ICV/Dieese da inflação acumulada desde setembro passado. A Petrobrás informou que responderá na semana do dia 12 de setembro.